

ÍNDICE

ABREVIATURAS	7
NOTA PRÉVIA	9
§ 1.º DIREITO DO TRABALHO: O QUÊ, PORQUÊ E PARA QUÊ?	13
§ 2.º NOÇÃO, OBJETO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DO DIREITO DO TRABALHO	33
§ 3.º FONTES DO DIREITO DO TRABALHO (BREVE REFERÊNCIA)	43
3.1. Fontes específicas: a convenção coletiva de trabalho	43
3.2. A Organização Internacional do Trabalho e a União Europeia	51
3.3. A Constituição da República	54
§ 4.º CONTRATO DE TRABALHO: NOÇÃO, ELEMENTOS ESSENCIAIS E CARACTERÍSTICAS	59
§ 5.º CONTRATO DE TRABALHO <i>VERSUS</i> CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO	69
5.1. Os arts. 1152.º e 1154.º do CCiv	69
5.2. Contrato de trabalho, Direito do Trabalho, reação patronal	71
5.3. O <i>nomen iuris</i> e o “princípio da primazia da realidade”	73
5.4. A qualificação contratual e a prova	74
5.4.1. Situação anterior ao CT de 2003	75
5.4.2. O art. 12.º do CT	76
5.4.3. O novo art. 12.º-A do CT	78

§ 6.º MODALIDADES DE CONTRATO DE TRABALHO: OS MÚLTIPLOS DESVIOS AO MODELO TÍPICO	85
6.1. O contrato de trabalho a prazo ou a termo	87
6.1.1. Liberdade contratual <i>versus</i> segurança no emprego	87
6.1.2. Termo resolutivo: requisitos materiais e requisitos formais	89
6.1.3. Termo certo	97
6.1.4. Termo incerto	105
6.1.5. Condição resolutiva	109
6.2. O trabalho temporário	115
6.3. O trabalho a tempo parcial	118
6.4. O trabalho intermitente	123
6.4.1. Noção. O <i>genus</i> e as espécies	123
6.4.2. Trabalho intermitente e trabalho a tempo parcial	124
6.4.3. Requisitos de admissibilidade	125
6.4.4. Forma e conteúdo	125
6.4.5. Direitos e deveres do trabalhador intermitente	127
6.4.6. Contrato de trabalho intermitente <i>versus</i> contrato a termo	129
6.5. A comissão de serviço	132
6.6. O teletrabalho	136
 § 7.º A FORMAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO	 155
7.1. Capacidade das partes: o trabalho de menores	155
7.2. Idoneidade do objeto	162
 § 8.º PROCESSO DE FORMAÇÃO DO CONTRATO	 167
8.1. A promessa de contrato de trabalho	167
8.2. Princípio da liberdade e princípio da igualdade no acesso ao emprego	169
8.3. Fase pré-contratual e “direito à mentira”	172
 § 9.º FORMALISMO NEGOCIAL: O PRINCÍPIO DA CONSENSUALIDADE E AS SUAS EXCEÇÕES	 175
 § 10.º A INVALIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO	 179
10.1. Invalidade parcial	179
10.2. Invalidade total	181

§ 11.º O PERÍODO EXPERIMENTAL	183
11.1. Regime jurídico	183
11.2. O período experimental e o art. 53.º da CRP	190
§ 12.º O EMPREGADOR E A EMPRESA	195
12.1. Empresa e Direito do Trabalho	195
12.2. Transmissão da empresa e contrato de trabalho	196
12.2.1. Sub-rogação legal do adquirente	196
12.2.2. Direito de oposição do trabalhador?	198
12.2.2.1. A resposta da Lei n.º 14/2018, de 19 de março	198
12.2.2.2. A dualidade de fundamentos da oposição	199
12.2.2.3. A manutenção do vínculo com o transmitente	202
12.2.2.4. A justa causa para resolução do contrato	203
12.2.2.5. Progresso ou retrocesso civilizacional?	204
12.3. Cedência ocasional de trabalhador	206
12.4. A dimensão da empresa e o Direito do Trabalho	208
12.4.1. Classificação tipológica das empresas laborais	208
12.4.2. Balanço e perspetivas: o processo de “dimensionamento” do Direito do Trabalho	211
12.4.3. O dilema dimensional	212
§ 13.º OS PODERES PATRONAIS, OS DIREITOS DO TRABALHADOR ENQUANTO PESSOA E OS SEUS DEVERES	215
13.1. Os poderes do empregador	215
13.2. A força de trabalho e a pessoa do trabalhador	221
13.2.1. Os direitos laborais inespecíficos (direitos de personalidade)	221
13.2.2. O assédio no trabalho	227
13.3. Os deveres do trabalhador	234
§ 14.º O <i>QUID</i> DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: FAZER O QUÊ?	241
14.1. O objeto da prestação de trabalho: a categoria profissional e as funções desempenhadas pelo trabalhador	241
14.2. A mobilidade funcional (“jus variandi”)	243
§ 15.º O LUGAR DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR ONDE?	247
15.1. O relevo do local de trabalho	247

15.2. A noção de local de trabalho	248
15.3. A garantia da inamovibilidade do trabalhador	250
15.4. As possibilidades de transferência unilateral à luz do CT	251
15.5. As transferências autorizadas pelo contrato: as “cláusulas de mobilidade geográfica”	254
15.6. A transferência como direito do trabalhador	258
 § 16.º O TEMPO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO: TRABALHAR QUANTO E QUANDO?	263
16.1. Tempo de trabalho e tempo de repouso	263
16.2. Período normal de trabalho e flexibilidade do tempo de trabalho: adaptabilidade e banco de horas	265
16.3. Horário de trabalho, descanso semanal e isenção de horário	269
16.4. Trabalho por turnos, trabalho noturno e trabalho suplementar	272
16.5. Feriados	277
16.6. O desafio das NTIC e o “direito à desconexão”	279
16.6.1. Os termos do problema	279
16.6.2. A resposta do legislador	285
 § 17.º O DIREITO AO REPOUSO E AO LAZER: O REGIME JURÍDICO DAS FÉRIAS	289
17.1. A duração das férias	289
17.2. Retribuição durante as férias	290
17.3. A estrutura complexa do direito a férias e a cessação do contrato	291
17.4. A marcação das férias	292
17.5. O ano da contratação	294
17.6. A tutela do direito a férias	295
 § 18.º O DEVER DE ASSIDUIDADE E O REGIME JURÍDICO DAS FALTAS	299
 § 19.º TRABALHAR A TROCO DE QUÊ? A RETRIBUIÇÃO	305
19.1. Noção e estrutura da retribuição	305
19.2. Qualificação	308
19.2.1. Considerações gerais	308
19.3. Modalidades	313

19.4. Prestações complementares ou acessórias: a base de cálculo	314
19.5. Determinação do valor da retribuição	316
19.6. Cumprimento da obrigação retributiva	322
19.6.1. Forma e prova do cumprimento	322
19.6.2. Lugar e tempo do cumprimento	324
19.7. A especial tutela da retribuição	326
19.7.1. Compensação da obrigação retributiva	327
19.7.2. Cessão do crédito retributivo	331
19.7.3. Prescrição dos créditos laborais	332
19.7.3.1. A prescrição de créditos	332
19.7.3.2. A <i>ratio</i> do art. 337.º, n.º 1, do CT	334
19.7.4. Renúncia aos créditos laborais	337
19.7.4.1. A velha questão	337
19.7.4.2. A nova solução: o n.º 3 do art. 337.º do CT	343
19.7.5. Privilégios creditórios	346
19.7.6. Fundo de garantia salarial	347
 § 20.º A SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO RELAXADO	 349
20.1. Noção, fundamento e efeitos gerais da suspensão	349
20.2. Suspensão individual, por facto respeitante ao trabalhador	351
20.3. Suspensão coletiva, por facto respeitante ao empregador	357
20.3.1. Situações de crise empresarial	357
20.3.2. Encerramento temporário do estabelecimento	360
20.4. Suspensão consensual, por mútuo acordo	362
20.5. Suspensão por decisão do trabalhador	363
 § 21.º A CESSAÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: O VÍNCULO DISSOLVIDO	 367
21.1. Significado e alcance do regime da cessação do contrato de trabalho	367
21.2. Formas de cessação do contrato de trabalho	371
21.3. Extinção por caducidade	373
21.4. Extinção por mútuo acordo – revogação	379
21.4.1. A cessação por acordo	379
21.4.2. A exigência de forma escrita	381
21.4.3. A compensação pecuniária global	382

21.4.4. A cessação do acordo de revogação	385
21.5. Extinção por despedimento com justa causa	387
21.5.1. Noção de justa causa de despedimento	387
21.5.2. O procedimento disciplinar	391
21.6. Causas objetivas de despedimento	399
21.6.1. Despedimento coletivo	400
21.6.2. Despedimento por extinção de posto de trabalho	405
21.6.3. Despedimento por inadaptação	407
21.7. Meios de reação contra o despedimento	413
21.8. Ilicitude do despedimento: causas e efeitos da ilicitude	416
21.8.1. As causas de ilicitude do despedimento	416
21.8.2. Os efeitos da ilicitude do despedimento	421
21.8.2.1. A ilicitude/invalidade do despedimento	421
21.8.2.2. Os “salários intercalares”	423
21.8.2.3. A reintegração do trabalhador	428
21.8.2.4. A “indenização de antiguidade”	434
21.8.2.5. O despedimento irregular	438
21.8.2.6. Despedimento ilícito e contrato a termo	441
21.9. Extinção por iniciativa do trabalhador – demissão	443
21.9.1. Demissão com aviso prévio – denúncia	443
21.9.1.1. O princípio da livre demissão	443
21.9.1.2. A revogação da denúncia	449
21.9.2. Demissão com justa causa (resolução)	451
21.9.2.1. A noção de justa causa	451
21.9.2.2. Procedimento para resolução do contrato	454
21.9.2.3. Indemnização devida ao trabalhador	456
21.9.2.4. Indemnização a pagar pelo trabalhador	458
21.9.3. O abandono do trabalho	460